

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**EXERCÍCIO: 2012**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**2º TRIMESTRE**

Consoante o art. 4º, inciso IX da Lei Complementar n. 102/2008, c/c art. 76, § 4º da Constituição Mineira, apresentamos, neste Relatório, as atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no 2º trimestre de 2012.

**Projetos Prioritários 2012**

Foram definidos, no período, pela Portaria n. 74/12, os projetos de controle externo prioritários para o exercício de 2012, abaixo relacionados, em conformidade com os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2010-2014, cujas metas são as seguintes:

*Benefícios do Controle Externo* – estabelecer sistemática para identificação, quantificação e registro dos benefícios das ações de controle externo.

*Acompanhar* – Definir procedimentos de acompanhamento da gestão de recursos públicos, com vistas ao fortalecimento dos controles prévio e concomitante;

*Fiscalização da Gestão de Pessoal* – implementar procedimentos de fiscalização da gestão de pessoal, com ênfase nas auditorias de folha e de controles internos;

*Auditar* – implementar novos procedimentos de auditoria aprovados pelo Tribunal. Este projeto teve a sua primeira fase concluída no trimestre passado, com a realização de auditorias-piloto.

*Avaliação da Gestão Pública* – definir as diretrizes da avaliação e do acompanhamento das políticas, programas e projetos públicos, com foco nos resultados, e da fiscalização da macrogestão de recursos públicos;

*Otimizar* – implementar os procedimentos de racionalização da análise e da deliberação dos processos em tramitação. A primeira fase deste projeto foi concluída no primeiro trimestre deste exercício.

*Contas Especiais* – aprimorar os procedimentos de análise das tomadas de contas especiais;

*Controle sem Papel* – reduzir a impressão de documentos e otimizar os procedimentos voltados para o uso sustentável de recursos.

*Ética e Controle Externo* – estabelecer padrões éticos de atuação alinhados às normas e padrões nacionais e internacionais aplicáveis ao controle externo.

Com o objetivo de alinhar ações da Casa com os objetivos do Plano Estratégico 2010-2014, foi contratada a empresa de consultoria *Indicador e Holmes*. No trimestre, foram realizadas oficinas de trabalho para o nivelamento conceitual do planejamento estratégico do Tribunal, bem como o levantamento dos projetos, agrupados por objetivo estratégico, com suas respectivas metas e resultados esperados.

### **Parcerias Firmadas**

No trimestre, O Tribunal de Contas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID assinaram um *Protocolo de Entendimento* para credenciar o TCEMG para a realização de auditorias nos contratos de empréstimos e convênio de cooperação técnica, celebrados entre o BID e o Estado de Minas Gerais ou entidades por ele controladas. Esse Protocolo estabelece procedimentos a serem

adotados pelo Tribunal na realização de trabalhos de auditoria dos projetos e programas financiados pelo BID – tudo em conformidade com as normas de auditoria estabelecidas pela INTOSAI-Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores.

Essa parceria é da maior importância tanto para o BID, enquanto agente de fomento e desenvolvimento, uma vez que permitirá redução dos custos transacionais e de suas operações, quanto para o Tribunal. Trata-se do reconhecimento internacional de que esta Corte está apta a realizar auditorias desse porte, que resulta na capacitação dos servidores, possibilitando multiplicação de conhecimentos e intercâmbio de informações.

Merece destaque Encontro realizado neste Tribunal, no período de 20 a 22 de junho, pelos integrantes do grupo encarregado da implementação das Normas de Auditoria Governamental-NAGs aplicáveis ao Controle Externo: Conselheiro Inaldo Araújo (TCE-BA), Jacqueline Gervásio (TCEMG), Luiz Genélio (TCDF), Antônio Amaral Júnior (TCE-BA), Paulo Panassol (TCE-RS), Selva Cavalcanti (TCE-GO) e Heloísa Garcia (MPOG). O objetivo do encontro foi discutir a incorporação das normas de nível 4 da INTOSSAI/ISSAI, que tratam das diretrizes de auditoria, e da realização de um curso de capacitação, em nível nacional, para servidores dos Tribunais, a ser realizado no segundo semestre deste exercício.

As Normas, baseadas em práticas internacionais, foram desenvolvidas com o apoio do IRB, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), com a participação de representantes de Tribunais de Contas.

O objetivo da adoção de um conjunto de normas de auditoria governamental é estabelecer um padrão nacional de atuação das diversas equipes de trabalho de

cada Tribunal de Contas. As normas definem os princípios básicos que devem reger as atividades de auditoria governamental dos Tribunais de Contas brasileiros, fornecendo subsídios que permitam determinar os procedimentos e as práticas a serem utilizadas em todas as fases da auditoria, sendo aplicáveis tanto às auditorias de regularidade quanto às operacionais.

As Normas de Auditoria Governamental (NAGs) aplicáveis ao controle externo brasileiro baseiam-se na prática internacional e nas normas e diretrizes de auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), do Comitê Internacional de Práticas de Auditoria da International Federation of Accountants (IFAC), do Government Accountability Office (GAO), do Institute of Internal Auditors (IIA) e do seu congênere brasileiro, Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA), do Tribunal de Contas da Comunidade Europeia (TCCE) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) para o exercício de auditoria, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 2 de maio do corrente exercício, foi assinado novo Termo de Cooperação Técnica com a Fundação João Pinheiro-FJP, que prevê a transmissão de conhecimento sobre métodos, ferramentas e metodologias de trabalho para a criação de índices indicadores que possam medir o desempenho da Administração Pública em Minas Gerais.

### **Ferramentas de Controle Externo**

Lançada, no período, ferramenta de *Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência-MapJuris*. Baseada em experiência análoga do Tribunal de Contas da União e tendo por objetivo facilitar o acesso da sociedade aos entendimentos do Tribunal acerca dos mais diversos temas, essa ferramenta é um avanço na pesquisa por referências jurisprudenciais. O *MapJuris* está disponível em ícone do mesmo nome na página do Tribunal.

Também foi desenvolvido o *Sistema de Gestão de Identidade-SGI*, de cadastro dos órgãos e entidades que prestam contas sobre dinheiros, bens e valores públicos. Essa ferramenta destina-se a manter atualizadas as informações relativas ao cadastro único de jurisdicionados – procedimento obrigatório.

## **AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO**

O Projeto Suricato / Política de Fiscalização Integrada, foi apresentado, pelo Conselheiro Sebastião Helvecio, no *Seminário Compras Públicas Brasil*, realizado em Buenos Aires, evento que teve como objetivo consolidar, fomentar e disseminar as boas práticas de controle das contas públicas.

O Tribunal de Contas aprovou, neste segundo trimestre, o *TAG-Termo de Ajustamento de Gestão*, para adequação dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde do Governo do Estado.

O Projeto *Benefícios do Controle Externo*, destinado a estabelecer sistemática para identificação, quantificação e registro dos benefícios das ações de controle externo, implementado em 2011, será estendido às outras diretorias técnicas, durante este exercício.

O Projeto *Otimizar*, destinado a implementar os procedimentos de racionalização da análise e da deliberação dos processos em tramitação aprovados pelo Tribunal, concluiu a sua primeira fase no primeiro trimestre deste exercício. A partir deste trimestre, os procedimentos passam a ser aplicados em toda a área técnica, com o objetivo de dar celeridade à tramitação de processos, com vistas à redução do passivo processual. Na Diretoria de Controle Externo do Estado, foram analisados, no trimestre, sob os critérios desse Projeto, 563 processos – número superior à meta estabelecida para o 2º quadrimestre de 2012, de 200 processos.

Na mesma Diretoria de Controle Externo do Estado, em cumprimento ao Plano de Metas do Tribunal, foram implementados nove projetos, dentre eles:

1. *Alinhando Competências*

Com o objetivo de capacitar e alinhar as competências técnicas dos servidores da Diretoria em face da reestruturação pela qual passou o Tribunal de Contas, foram implementados Programas de Orientação Técnica voltados às demandas específicas das Coordenadorias e dos servidores: (a) Orientação Técnica para exame dos Recursos; (b) Breve estudo sobre o alcance da Prescrição e Decadência; (c) Breve estudo sobre o alcance da Comissão de Débito e Multa; e (d) A recomposição dos valores apontados para o ressarcimento ao erário.

2. *Implantando o Controle de Qualidade*

Com o objetivo de identificar possíveis deficiências técnicas na elaboração de relatórios, foi implantado um sistema de controle de qualidade cruzado, para acompanhamento individualizado do trabalho técnico.

***Projetos Financiados por Organismos Internacionais***

Destacam-se, no trimestre, as seguintes análises de contratos celebrados entre o Estado de Minas Gerais e organismos internacionais:

1. Contratos de Empréstimos celebrados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no montante de US\$ 155,9 milhões de dólares americanos, cujo objetivo é a execução do projeto de fortalecimento institucional para a modernização da gestão fiscal do Estado;
2. Contrato de Empréstimo e Financiamento Adicional celebrados com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor total de US\$ 922,3 milhões de dólares americanos, com o objetivo de auxiliar no

financiamento ou reembolso do custo das despesas elegíveis do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais;

3. Acordo de Doação celebrado com o BIRD, no valor de US\$ 400 mil dólares americanos, que tem por objetivo o fortalecimento da capacidade institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o aprimoramento do seu sistema de gerenciamento ambiental.

### ***Fiscalização de Atos de Pessoal do Estado***

Implementação de trabalho conjunto para realização de Auditoria Financeira realizada na Secretaria de Estado da Educação-SEE, em Folha de Pagamento dos professores do ensino médio e fundamental da rede estadual de ensino. Para atender as demandas inerentes a essa modalidade de inspeção, elaborou-se *Banco de Dados ao Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais-SISAP*.

### ***Inspeções e Auditoria***

Foram realizadas sete inspeções abrangendo 51 Secretarias Municipais, referentes à Auditoria Operacional do Programa *Farmácia de Minas*.

Foi concluída inspeção extraordinária na Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEAM, com vistas a apurar os procedimentos de concessão de licença ambiental para usinas de asfalto no Estado.

Encontra-se em fase de elaboração de relatório a inspeção extraordinária realizada na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais-FHEMIG, relativa a aquisição de equipamentos.

Foi realizada auditoria de desempenho dos controles internos das transferências voluntárias, período 2003-2010, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-SEDESE.

O Tribunal de Contas emitiu, no período 161 pareceres prévios sobre as contas prestadas pelos prefeitos municipais.

No exercício, foram autuados 4.459 processos, referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram deliberados 4.705 processos. Foram, ainda, examinados pelas Diretorias Técnicas 3.150 processos. O montante das multas aplicadas no trimestre foi de R\$ 342.100,00 e a determinação de ressarcimento ao erário foi de 15.700,00. Quanto a notificações de multas e ressarcimentos anteriores, foi recebido o montante de R\$ 250.500,00.

### ***Contas de Governo***

O Tribunal de Contas emitiu, no trimestre, parecer prévio pela aprovação das contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 2011. O relatório técnico desse exercício promoveu uma análise da economia mineira, partindo dos últimos dez anos, com a finalidade de realizar um detalhado estudo prospectivo. A análise econômica abrangeu todas as regiões de Minas Gerais e foi direcionada à identificação de condições para a sustentabilidade da receita pública estadual, tendo como norte o desenvolvimento econômico sustentável.

Uma das principais recomendações do parecer foi intensificar esforços para alterar a legislação que rege a cobrança de *royalties* do minério, aumentando a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, que atualmente é de apenas 2% do faturamento líquido, na exploração de minério de ferro, com sugestões para o aperfeiçoamento de sua repartição, aplicação e fiscalização.

O parecer recomendou, também, a intensificação de estudos, programas e projetos voltados para a necessidade da diversificação da economia mineira e ampliação da agregação de valor, evitando-se o risco de concentração em torno das *commodities*, observando-se o impacto especialmente no meio ambiente, objetivando-se melhorias sociais, fatores estes que vistos em conjunto possibilitarão o aumento do potencial de arrecadação fiscal.

### ***Exame Prévio de Licitações***

O Tribunal de Contas suspendeu, no período, 29 editais de concurso público. Foram suspensos, ainda, 73 editais de licitação, cuja ação evitou contratações irregulares, envolvendo recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 12,5 milhões. Desse valor, R\$ 1,9 mi refere-se à suspensão liminar do procedimento licitatório destinado a contratação de empresa para execução da primeira etapa das obras de correção de anomalias e proteção das estruturas do Estádio Jornalista Felipe Drumond, o Mineirinho.

O Tribunal referendou, ainda, a suspensão das licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para contratação de empresa para implantação das Estações de Integração BRT – Pampulha e São Gabriel.

Vale mencionar que as suspensões permanecem até que prefeituras e órgãos apresentem as correções determinadas por esta Corte de Contas.

### ***Decisão Normativa***

#### *DN-005/12*

Regulamenta os artigos 110-A a 110I da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual n. 120/2011, que dispõem sobre o instituto da prescrição em processos em tramitação no TCEMG.

## **CAPACITAÇÃO**

### ***Congresso de Municípios***

O Tribunal participou do 29º Congresso Mineiro de Municípios, promovido pela Associação Mineira de Municípios-AMM, que teve como tema *Gestão Municipal e Eleições-Cenários, Perspectivas e Estratégias*. No seu estande, o Tribunal apresentou a Ouvidoria – canal de comunicação entre o público e o Órgão, o novo sistema de consultas *MapJuris* e ofereceu atendimento sobre o *SICOM*. Foram distribuídos, na oportunidade, informativos, material de consulta e o *Calendário de Obrigações Municipais*.

### ***Pacto Institucional***

Foi realizado, no trimestre, a 3ª edição do *Pacto Institucional*, evento promovido pela Associação Mineira de Municípios-AMM, com o apoio deste Tribunal, bem como do Governo do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal Regional Eleitoral. Voltado para auxiliar na tarefa da administração pública, conciliando a gestão dos atos de fiscalização e controle, o *Pacto Institucional* vem se firmando como um aliado dos municípios em busca de melhorias. O Tribunal de Contas participou ministrando palestras sobre Termo de Ajustamento de Gestão-TAG, Instituto da Prescrição e Sistema Informatizado das Contas Municipais-Sicom.

### ***Seminário Corrupção e Transparência***

Promovido por este Tribunal de Contas e pelo Governo do Estado, esse evento reuniu representantes de órgãos de controle das administrações públicas, especialistas e servidores, dispostos a ampliar o debate sobre *Corrupção e Transparência*. Foram abordados, no Encontro, temas sobre a importância de se estimular uma participação popular mais efetiva e de se promover uma maior integração entre os órgãos de controle da Administração Pública – condição,

segundo os debatedores, para o avanço do controle democrático. Participaram do evento 218 servidores.

### ***Orientação ao Jurisdicionado***

No trimestre, o Tribunal de Contas, em parceria com a Associação Mineira de Municípios-AMM, lançou uma série de vídeos sobre o *Sistema Informatizado de Contas dos Municípios-SICOM*, destinados à capacitação dos jurisdicionados mineiros. O material consta de apresentações divididas em 13 capítulos, que abordam temas ligados ao *SICOM* e estão disponíveis no site da AMM e no site do Tribunal, Portal do *SICOM*.

Foi encerrado, no trimestre, em Belo Horizonte, o III Encontro Técnico *O TCEMG e os Municípios*, realizado durante todo o semestre, com encontros em oito cidades dos principais pólos do Estado, que contou com a participação de 1.045 jurisdicionados. Nesse evento foram ministradas palestras sobre *Licitações e Obras Públicas, Parceiros Institucionais, Agente Políticos, SICOM e LRF e interface com a Lei Eleitoral*. Foram distribuídas, no Encontro, uma coletânea de entendimentos do Tribunal, consolidados em pareceres de consultas respondidas pela Casa e, também, uma cartilha sobre as principais irregularidades detectadas na análise de editais de licitação para compra de pneus.

### ***Capacitação de Servidor***

No período, foi realizado, pelo Tribunal, o *Workshop de Gestão Estratégica*, voltado para os gestores responsáveis por projetos em andamento, com o objetivo de alinhar ações em curso com o *Plano Estratégico da Instituição*.

O Tribunal promoveu, ainda, dentro do *Programa Repensando o Tribunal*, o encontro *O Olhar do Servidor*, que tem por finalidade desenvolver competências técnicas e gerenciais. No evento, 450 servidores tiveram a oportunidade de desenvolver as atividades em conjunto e em tempo integral, treinamento que

resultou em avaliação de potencial e perfil que mapeará as habilidades e competências individualmente.

No período, cerca de 1.000 servidores receberam capacitação e orientação, dentre os quais se destacam:

- Curso *Auditoria em Folha de Pagamentos*;
- Curso *CPGO-Contabilidade Pública e os Principais Reflexos das Normas e Regulamentos Recentes na Gestão Orçamentária*;
- II Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade: *Direito Administrativo e a Gestão Sustentável*;
- Seminário de *Direito Ambiental na Prática*;
- Treinamento *Auditoria Financeira – BID*;
- Treinamento em *Perícias Criminais e Engenharia Legal – Polícia Federal*.

## **DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Tribunal disponibilizou, no trimestre, informativo, em formato de cartilha, para divulgar, de maneira simplificada e acessível ao cidadão, o relatório das contas de Minas Gerais do exercício de 2010. O Informativo apresenta um estudo da conjuntura econômica do Brasil e de Minas, bem como análise simplificada da dívida pública e da gestão de áreas específicas como educação, saúde e segurança. A publicação apresenta a realidade da economia mineira no ano de 2010 e explica como os R\$ 46 bilhões arrecadados por Minas, naquele período, foram aplicados.

Foi desenvolvida, ainda, uma revista, no formato HQ, sobre prestações de contas, visando esclarecer, de forma simples e didática, as principais dúvidas da sociedade em relação ao controle dos gastos públicos. A revista busca reforçar o papel do Tribunal no controle da Administração Pública, além de incentivar a participação popular na fiscalização de seus gestores, em um importante exercício de cidadania.

Foi distribuída cartilha com orientações aos gestores quanto aos principais itens a serem observados nos procedimentos licitatórios para aquisições de pneus. A versão eletrônica completa dessa cartilha pode ser acessada no Portal do Tribunal, link *Capacitação e Cultura/Publicações/Publicações Institucionais*.

O Tribunal de Contas promove, sistematicamente, a divulgação de suas funções, competências e atividades desenvolvidas, por meio do seu Portal e de seus veículos de comunicação:

**Diário Oficial de Contas-DOC:** órgão oficial para publicação e divulgação dos atos administrativos, processuais e de comunicação geral do Tribunal. A partir deste trimestre, passam a ser publicados, juntamente com as súmulas e ementas, todo o julgado das sessões, incluindo os relatórios dos Conselheiros e Auditores e as notas taquigráficas.

**Revista do Tribunal:** disponível no endereço eletrônico [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br), link *Revista*, constitui, por excelência, veículo de orientação aos jurisdicionados.

**Informativo de Jurisprudência:** instrumento de divulgação das ações desenvolvidas pelo Tribunal, disponibilizado, quinzenalmente, no endereço [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br), link *Informativo de Jurisprudência*, que conta com cerca de 3.857 cidadãos cadastrados. A sua versão impressa integra o Jornal *Contas de Minas*.

**Jornal Contas de Minas:** traz artigos, orientações, matérias técnicas, notícias de eventos e fatos relevantes, bem como a divulgação do *Informativo de Jurisprudência* e o *Diário Oficial Eletrônico*, na parte que se refere às decisões do Pleno e das Câmaras do Tribunal.

**Twitter** – [www.twitter.com/tcemg](http://www.twitter.com/tcemg): o Tribunal de Contas deu início à sua participação na rede social *twitter*, onde notícias com até 140 caracteres podem ser postadas. No período, o Tribunal contabilizou 437 seguidores.

**Home page [www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br):** o Portal do Tribunal de Contas disponibiliza, sob a forma de serviços, os mais diversos sistemas. Foram registrados, no exercício, 217.305 visitas por acesso, tendo sido a mais visitada a página *Pesquisa de Processos*, com 35.355 acessos. O número de páginas visualizadas, no período, foi de 544.476.

**Biblioteca Conselheiro Aloyzio Alves da Costa:** atende a demanda de informação de servidores e jurisdicionados. No trimestre, foram realizados 5.817 atendimentos ao público interno e externo. Contabilizaram-se 10.019 acessos *on-line* aos arquivos disponibilizados na intranet, 41.366 aos do Portal e 14.265 acessos internos e externos à base de *Consultas Respondidas pelo TCEMG*, bem como 1.448 acessos à base de legislação municipal *TC LEGIS*.

## **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Os recursos orçamentários aprovados para o Tribunal de Contas, exercício de 2012, foram fixados em R\$ 393.391.247,00 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta e sete reais), em conformidade com as diretrizes, os objetivos e as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de ação Governamental – PPAG e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, observadas as normas da Lei Federal n. 4.320, de 17/03/1964 e da Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/2000.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal e sua execução por grupo de despesa até o 2º trimestre de 2012:

<b>Discriminação</b>	<b>Crédito Autorizado</b>	<b>Despesa Empenhada até março/12</b>	<b>%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	346.183.126,00	169.351.557,40	48,92
Outras Despesas Correntes	44.933.121,00	20.396.609,53	45,39
Investimentos	2.275.000,00	599.218,94	26,34
<b>Total</b>	<b>393.391.247,00</b>	<b>190.347.385,87</b>	<b>48,39</b>

**Conselheiro Wanderley Ávila**

Presidente